

REFLEXÕES SOBRE A LUTA DE CLASSES

João Ribeiro Junior

O **Manifesto Comunista** começa dizendo que “A história de todas as sociedades que existirem até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta”.

O que influenciou na mente de Marx para fazê-lo conceber esta doutrina básica do seu sistema? Sabemos que Karl Marx viveu num contexto histórico em que se desenvolvia de modo evidente o prelúdio de uma violenta luta de classes que, ao que parece, tendia a tornar-se mais desesperada e implacável. Essa luta era natural, ainda que não inteiramente inevitável, naquelas circunstâncias.

Geralmente, as transformações e problemas que sobrevêm em tempos de crise ultrapassam, no primeiro momento, às previsões, à capacidade e preparação dos responsáveis pela direção social. Assim foi que a pressão da angústia econômica e o desmantelamento produzidos pelo aparecimento de problemas e situações praticamente inesperadas, deram origem ao mau entendimento, mútua desconfiança, crescente separação, e, finalmente, ao choque violento entre as duas classes surgidas com a Revolução Industrial: a capitalista e a proletária, que, como irmãs siamesas em discórdia, vieram ao mundo, ao mesmo tempo e intimamente vinculadas uma à outra, mas que não achavam meios de se entenderem e de estarem unidas.

Marx se educara nas doutrinas de Hegel, para quem a história nada mais era do que uma sucessão de **conflitos** de idéias e suas respectivas soluções.

Toda idéia, ao ser apresentada como verdade (tese), traz consigo e faz surgir fatalmente a sua própria negação (antítese); do conflito entre ambas, resulta uma nova idéia que lhes é superior (síntese) e que, por seu turno, desperta a sua própria negação e é por ela combatida e derrotada, para dar lugar a uma nova síntese. E, assim, sucessivamente. Este perpétuo jogo de teses, antíteses e sínteses se denomina **dialética**, e constitui, para Hegel, a essência e o processo **único** da marcha histórica.

Mas, Hegel também não é tão original assim. Sua dialética entronca-se na corrente filosófica nascida na Grécia, que estuda os fenômenos como um processo (realidade em movimento) na onda tumultuosa da vida, num constante vir-a-ser. Um homem, dizia Heráclito, não pode atravessar duas vezes o mesmo rio, porque ou muda o rio ou muda o homem. Esse sistema se distingue da filosofia tradicional, filosofia do ser, ou metafísica, que considera as coisas como objetos fixos, e estuda-lhes as qualidades intrínsecas.

A filosofia do vir-a-ser apoia-se, principalmente, na dialética, ou seja, método de raciocínio que induz à idéia de movimento e de contradição, que teve em Sócrates o cultor máximo na antigüidade. Este sistema propiciou o surgimento de vultos ilustres na história do pensamento, como Francis Bacon.

Hegel, retomando o processo dialético, estabeleceu então a famosa tríade das idéias: tese, antítese e síntese. Nesse sentido, as idéias evoluem, impulsionadas pelas suas próprias tradições, gerando novas idéias que contenham as qualidades das outras que se opunham entre si.

Levando o processo dialético para o campo da história, Hegel se tornou um dos inspiradores de Marx. Havia, porém, uma diferença: Hegel era idealista, acreditava na idéia absoluta como propulsora do mundo real; já Marx enveredou por caminho oposto, apoiando-se no monismo, corrente que então se formava, em contraste com o dualismo dos antigos filósofos.

Em suma, Marx aceitou o método dialético, mas numa textura materialista. **Materialismo Dialético e Histórico**, eis a síntese de sua doutrina.

Todavia, estabelecendo sensível diferença entre o materialismo histórico e o materialismo contemporâneo, discorda do materialismo mecanicista de Feuerbach, que vê a atividade humana estática, suscetível de explicação pela descoberta de sua causa física, ao mostrar que tal atividade é objetiva, um objeto em movimento; e à semelhança de Hegel, estuda o homem e a história, porém, partindo do homem real (total) e das condições econômicas e sociais em que ele tem de viver, e não, primordialmente, das idéias dele.

Assim, Karl Marx erigiu seu pensamento considerando o mundo material como única realidade. Os fenômenos da natureza são simples aspectos da matéria em movimento, enquanto que o espírito não tem existência fora do corpo.

O objetivo de Marx era o de mostrar a necessidade de transformação revolucionária do mundo em oposição à submissão do homem à entidades supraterras, já que, assim como o conhecimento das

leis físicas permite ao homem o domínio da natureza, o conhecimento das idéias da evolução social lhe permitirá conduzir as relações sociais.

Para Marx, a verdadeira história do homem é a dos diversos estágios da evolução dos sistemas criados para satisfazer as necessidades de produção. A estrutura econômica é necessariamente a base real da sociedade, a **infra-estrutura** sobre a qual se constrói toda uma estrutura política, cultural e ideológica.

Substituindo o conflito de idéias de Hegel pelo conflito de formas econômicas, Marx visualizou o predomínio da classe que detém as forças de produção. O poder político e o próprio Estado se colocam, assim, a serviço da classe opressora. Mas, quando uma classe começa a governar, atrai à cena uma classe antagonista. Daí a sucessão das classes, que lutam e se revezam no poder, formando a tessitura da história.

Assim, Marx, saturado profundamente pela filosofia idealista de Hegel, fatalmente inclinado às generalizações extremas, inflamado de uma simpatia intensa para com os sofrimentos dos trabalhadores, e insuflado pelo ódio feroz ao sistema capitalista, que considerava responsável por estes sofrimentos — ao meditar sobre o quadro contemporâneo de uma incipiente, porém violenta luta de classes (luta que era um fenômeno vital da época) lança-se a uma tempestuosa generalização e afirma que a história de toda sociedade tem sido sempre a história de lutas de classes; que a luta de classes é absolutamente essencial e inevitável para o progresso da sociedade; que, de acordo com essa fatal (determinista) lei histórica, o capitalismo, ao assumir a direção da indústria e da sociedade, tem feito surgir, ineludivelmente, uma classe antagonista, o proletariado, à qual explora para poder manter e aumentar o seu poder; que, porém, esta classe proletária, também, por uma lei fatal, irá criando consciência, organizando-se, adquirindo forças e, consciente de seus destinos históricos, se defrontará com o capitalismo para arrancar-lhe o poder, aniquilá-lo como classe e estabelecer uma nova sociedade sobre bases comunistas, uma sociedade homogênea, ou noutras palavras, constituída por uma só classe.

Como se vê, Marx toma de Hegel a dialética, porém, em vez de um combate de idéias, concebe uma luta de forças econômicas ou funções de produção que se encarnam nas classes sociais correspondentes. No mais, pode-se dizer que sua Filosofia da História se resume na fórmula seguinte: **Dialética hegeliana + tendência à generalização indébita + simpatia para com os trabalhadores + ódio ao capitalismo burguês = teoria marxista da luta de classes.**

Isto explica como Kar Marx concebeu a sua doutrina. Vejamos, agora, se está ela de acordo, realmente, com os fatos históricos e se é tão realista como o seu autor, e aqueles que o seguem, afirma dogmaticamente.

A evolução histórica ou, em outros termos, vida das sociedades humanas é, como toda a vida, um fenômeno complexo, misterioso, que dificilmente poderíamos reduzir a um só e exclusivo fator. Não resta dúvida de que, num sentido fecundo e profundo, a vida é luta, conflito, esforço militante e apaixonado. E, assim, na vida da sociedade, como na do indivíduo, não se pode negar a existência de conflitos e lutas fecundos, antagonismos criadores. Muitas vezes, a solução está, com efeito, no choque dos elementos opostos. As instituições libertárias e a justiça social têm surgido, muitas vezes, como resultado direto da luta entre opressores e oprimidos. Há, pois, certos elementos de verdade na concepção marxista da história.

Contudo, em primeiro lugar, não é verdade que a luta dos opostos seja o **único** processo vital e criador. Quando o encontro de dois elementos dá origem a um terceiro, os ditos elementos podem **não ser** necessariamente **opostos** ou **antagônicos**, senão simplesmente **diversos** e **complementares**. Neste caso, não se realiza propriamente uma **luta**, mas uma **conjugação**, uma **fusão**, um **complemento**. Este processo é o que descreve, em sua linguagem mitológica, algumas cosmogonias primitivas que supõe o mundo criado pela conjugação de dois elementos originários e eternos, um masculino e outro feminino. O ato criador pode consistir, com efeito, em um conflito, mas também e, talvez, mais amiúde, numa compenetração mútua, numa cooperação íntima, numa fusão vital. Isto se vê, mais claramente do que na esfera política, onde as paixões humanas acabam, às vezes, desnecessariamente em conflito, na criação científica, artística e religiosa.

De renhida controvérsia — que até pode degenerar em briga — entre sábios que sustentam opiniões contrárias, pode surgir, é certo, como a síntese luminosa que queria Hegel, uma verdade genuína ou um notável descobrimento. Inúmeras verdades, porém, e úteis descobrimentos têm-se obtido pela colaboração e pelo esforço unido de vários homens de ciência, que discutem entre si suas opiniões, porém não constrangidos por interesses pessoais, senão por amor à verdade, num processo de estudo, de cotejo de conclusões, de exame de hipóteses, de verificação de teorias, etc., que não pode ser chamado, propriamente, a menos que se dê aos termos uma significação falsa, nem **conflito** nem **luta**.

A criação artística ou religiosa tem vindo, também amiúde, como resultado de uma reação violenta contra a já existente, como por exemplo, o Renascimento e a Reforma. Porém, a arte de Fídias e a poesia de São João da Cruz se nutrem de fundas correntes espirituais de sua época, e não podem ser consideradas propriamente como a resultante de uma luta revolucionária.

Se na vida, pois, encontramos uma lei que torna fecunda a luta, encontramos também uma outra que prescreve a cooperação. E se,

porventura, na história humana, ocorrem com mais frequência as lutas, não deve isto ser interpretado como **lei fatal**. Não se deve nunca confundir o que é com o que deve ser. Nisto se distancia consideravelmente o cristianismo das doutrinas de Marx e seus seguidores. Pois enquanto este, em face de toda a luta, não usa de nenhum discernimento, senão que as aceita todas como lei fatal e iniludível da própria natureza; o cristianismo manda considerar as lutas violentas como um mal que devemos esforçar-nos por evitar e suprimir. Chocam-se, em rude conflito, os indivíduos ou as classes, ou as nações ou as raças, e nele se empinam as paixões e os ódios, se desenfreiam os instintos e se extravasam os rancores. O marxismo diz que tudo isto não é só inevitável, como preciso e necessário. Curva-se, assim, diante do que é, e o proclama como o que deve ser. O cristianismo, porém, sem fechar os olhos à realidade, sem negar que o ódio e a paixão existem, reclama uma transformação vital do que é em nome do que deve ser. E, para o cristianismo, o que deve ser nas relações sociais como na vida individual, é a compreensão, a fraternidade e o amor.

Tão pouco é certo que todas as lutas fecundas da história hajam sido lutas de classes, isto é, lutas ocorridas, como o pressupõe o **Manifesto Comunista**, entre setores contrários da mesma sociedade. Tem havido choques entre sociedades e sociedades, entre povo e povo, entre nação e nação, entre raça e raça, entre tipos diversos de civilização, e nestes casos não se trata, falando com propriedade, de conflitos entre duas camadas antagônicas da mesma coletividade. Por muito esforço que se faça e por muito disposto que se esteja a torcer o sentido da história, é impossível, exceto pondo-se os óculos do dogmatismo marxista, reduzir ao único denominador de mera luta de classes, fenômenos históricos de tanta transcendência social como os imperialismos assírio, macedônio, romano ou napoleônico; nem as grandes correntes migratórias dos nórdicos e dos mongóis; nem o impetuoso expansionismo do Islã. Qual era a “classe” opressora e qual a oprimida, naqueles choques ferozes da barbárie nórdica contra a decadência romana ou entre a belicosidade turcomana e a inépcia bizantina? Quais eram, na epopéia da Reconquista, os explorados ou quais os exploradores, as tropas mercenárias do El Cid ou os esquadrões dos Califas? Luta de classes quer dizer luta dentro da mesma sociedade, e não se pode chamar luta de classes quando toda uma sociedade luta contra outra sociedade inteira.

Tão pouco pode-se dizer, ainda, no caso de efetivas lutas de classes, que sempre hajam estas sido, no sentido cruamente materialista de Marx, uma opressora e outra oprimida. Uma das lutas mais fecundas em transformações históricas e sociais, foi, na antigüidade, a da realeza contra o sacerdócio. É verdade que os reis aspiravam à sua emancipação do sacerdócio dominador, porém esta emancipação era de ordem espiritual e

não econômica; e é para recordar-se que Marx não conhece mais opressão nem mais emancipação que as econômicas. Outras lutas realizaram-se realmente entre grupos diversos dentro da mesma classe social, semelhantes ao conflito moderno tão profundo entre comunistas e social-democratas.

Dizer que é o capitalismo que, para seu próprio proveito, divide as classes entre si, provocando estas lutas, é bom notar que lutas semelhantes ocorreram antes do aparecimento do capitalismo. Por outro lado, as lutas de morte entre interesses opostos dentro da própria classe capitalista são bastante evidentes e conhecidas para que necessitem de menção especial. Nenhuma destas lutas se dá entre opressores e oprimidos.

É, por igual, falso que as lutas de classes, quando verificadas, tenham terminado sempre numa reconstrução revolucionária da sociedade ou na ruína comum dos beligerantes. Para não tomarmos senão um dos mesmos exemplos que cita Karl Marx, a luta entre patrícios e plebeus romanos — que foi, verdadeira luta de classes — não terminou por nenhuma destas duas maneiras. Terminou, sim, mediante uma série de concessões e compromissos, isto é, em conciliação e não na extinção de uma nem de ambas as classes combatentes. Acabou, sobretudo, porque, ao contrário do conceito marxista, de que as classes em conflito tendem a se diferenciar e a se distanciar mais e mais, o certo é que as diferenças sociais entre patrícios e plebeus foram-se fazendo menos claras e graves, até que desapareceram quase por completo.

Precisamente em nossos tempos, estamos comprovando — mediante fatos irrefutáveis que não somente não entraram na previsão de Marx mas que desmentem as suas afirmações — quão equivocado se achava ao proclamar que as duas (porque para Marx sempre tem que ser duas) classes antagonicas de uma luta social se vão fazendo cada vez mais distintas e opostas, e que, se existe alguma outra classe, esta se vai desagregando e passa a engrossar um ou outro dos grupos em conflito. Karl Marx referiu-se à classe média, a qual consoante a sua doutrina e de acordo com as supostas leis econômicas, tinha necessariamente que se ir tornando cada vez menos numerosa e influente, até chegar a desaparecer, pois as suas camadas superiores se refundiriam na burguesia, ao passo que as inferiores viriam a submergir-se no proletariado. Naturalmente, Marx se aventurou a fazer esta profecia, porque a existência da classe média o estorvava, já que a dialética exige unicamente dois termos opostos. A maneira mais cômoda, pois, de se desembaraçar dela era declará-la de caráter transitório e prognosticar o seu completo desaparecimento.

Diz Marx em seu **Manifesto Comunista**: “Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.”

Ao fazer tal profecia, que lhe era necessária para tapar um grave rombo de seu sistema, Marx tinha que correr o risco de que os acontecimentos futuros o desmentissem. E assim tem sucedido. Ao contrário do que ele prognosticou, têm-se produzido dois importantes fenômenos históricos sociais que de um modo categórico expõem a debilidade de sua construção dialética: 1º) A classe média, longe de se ir definindo e de ir-se desaparecendo para permitir que “sem interrupção e cada vez em maior medida”, a sociedade fique claramente enquadrada nas duas classes que Marx necessitava para fundar sua doutrina, tem-se feito ela cada vez mais forte e, o que é mais importante, cada vez mais consciente de si mesma.

Verdade é que há uma corrente incessante, como o previa Marx, da classe média à capitalista e à proletária: os que se enriquecem sobem e os que empobrescem, descem. Mas também existem, e igualmente incessantes, correntes inversas que mantêm mais ou menos constante o volume da classe média: os capitalistas que se quebram ou se enfraquecem, e os proletários que se educam ou aumentam seus recursos econômicos engrossam as suas fileiras e enchem assim os claros que vão deixando a tendência à desintegração. 2º) Pela organização das cooperativas e aquisição de pequenas e médias propriedades, o proletariado, longe de tender a afastar-se mais da burguesia, como o exige a hipótese marxista, mostra uma forte tendência a com ela se confundir e identificar.

Noutras palavras, o campo da realidade não se apresenta qual o exige a teoria marxista para justificar-se a si mesma. A não ser na mente dos fanáticos agitadores, não existe unicamente duas classes em conflito, tal como o reclama a dialética hegeliana de Marx, senão que há uma terceira em discordância e que se faz cada vez mais consciente e mais forte. A subsistência e crescente vitalidade desta classe intermediária lança por terra a compacta estrutura da teoria da luta de classes. Além disso, o proletariado parece aspirar mais do que a aniquilar a burguesia — a nela ingressar na primeira oportunidade. Fora das ardentes arengas dos marxistas ortodoxos, e mesmo dos leninistas, trotkistas, o proletário não aborrece o burguês, mas o inveja e deseja ser como ele, adquirindo sua propriedade privada, tendo seu carro, sua televisão, etc. Logo que pode, faz suas economias, forma “pequeno capital”, compra terrenos ou abre uma loja qualquer, estabelecendo-se por sua conta; movimenta o seu pequeno comércio e não despreza a menor oportunidade para melhorar e consolidar a sua situação econômica, longe do fervente desassossego que provocam os fomentadores da luta de classes.

O aparecimento das cooperativas e mutirões é outro golpe mortal na doutrina marxista. Contribuem para resolver o conflito, não por meio de lutas, mas sim, pela cooperação. Queria Marx que a classe patronal se tornasse cada vez mais forte e opressiva e o proletariado cada vez mais

desvalido e explorado. A cooperação, porém, converte o trabalhador em patrão e o patrão em trabalhador. Não há uns que possuam o capital e outros que o trabalham, mas todos possuem parte do capital comum e todos trabalham e o usufruem. A velha luta se resolve de modo inesperado para Marx, porque a cooperativa é uma demonstração, em pequena escala, da possibilidade de que capitalistas e trabalhadores se ponham de acordo e conciliem seus interesses, fazendo que termine a luta, não pelo aniquilamento de nenhuma das duas classes, mas pela aproximação e pela cooperação de ambas dentro de uma nova forma de organização econômica. É certo que, se o cooperativismo se fizesse extensivo a todo organismo econômico da coletividade, a sociedade resultante teria, em grandes traços, caracteres muito semelhantes à sociedade comunista que propugna o marxismo. Haveria, porém, uma enorme diferença: a de que não se chegaria à sociedade cooperativa pela luta e pela violência que são os métodos típicos do comunismo, mas pelo entendimento, pelo diálogo, pela cooperação. A nova ordem de cousas seria, assim, o resultado, não do combate em que uma classe, pelos seus próprios interesses, conquista e aniquila a outra, mas do acordo em que ambas se fundem pelo interesse comum. Surgiria um mundo novo, não da luta entre dois elementos opostos, mas sim da junção de dois elementos complementares. O cooperativismo teria, além do mais, a vantagem de não deixar fora do quadro social a **classe média**, a qual ficaria muito naturalmente incorporada na nova sociedade dos capitalistas que trabalham e dos trabalhadores que possuem parte do capital comum. E teria mais outra vantagem que não é a menor, na sociedade cooperativa, o capital seria comum, porém sem que ninguém perdesse o seu direito privado, já que os sócios seriam ao mesmo tempo proprietários e trabalhadores. E o direito social ficaria constituído, assim, não por uma entidade nova e abstrata, edificada sobre as ruínas do direito privado, mas pela coordenação, no interesse mútuo dos interesses e prerrogativas privadas. Quer o comunismo que a sociedade seja dona de tudo e que os indivíduos nada possuam. Neste sentido, porém, “a sociedade” é uma abstração. No cooperativismo, ao contrário, todos os indivíduos que formam a sociedade são proprietários efetivos, que pelo **bem comum** harmonizam, coordenam e reúnem os seus direitos de propriedade.

Temos visto, pois, quanto desfigura e deforma a realidade a doutrina marxista da luta de classes. Como um instrumento de agitação; como meio para dar-lhe caráter histórico e científico, e racional justificação à guerra do proletariado contra a burguesia; como pedestal, para erigir sobre ele a supremacia vitoriosa do proletariado; a teoria da luta de classes é uma concepção admiravelmente engenhosa. Empresta à agitação, um entusiasmo, um calor e uma certeza notáveis, como pode comprovar-se pela ardente propagação dos seus líderes, e pela devoção, não raro heróica, de seus adeptos. À luz, porém, de uma serena crítica

histórica, de um exame desapaixonado dos próprios fatos, mostra-se um erro patente.

Supondo-se, porém, que “até aqui — como disse o **Manifesto Comunista** — a história de **toda** sociedade tivesse consistido efetivamente em lutas de classes, não significa isto necessariamente, que tais lutas sejam, intrinsecamente, o único e essencial método de evolução histórica. Outra vez, o que **tem sido** e é, não se deve tomar sempre como norma absoluta do que **deve ser**. Se o realismo consiste em erigir o modo como sucedem as causas em ideal último de como **devem suceder**, Karl Marx foi, de certo, o príncipe dos realistas. Se realismo, porém, quer dizer ser **fiel aos fatos reais**, é evidente que Marx, interessado em defender a causa dos trabalhadores, apartou-se freqüentemente da realidade histórica, pretendendo demonstrar e fortalecer suas teorias a **respeito** da realidade concreta.

Em suma, é verdade que as lutas de classes têm desempenhado **certo papel** na história e que este tem sido, às vezes, de grande importância; é certo também que, desde o tempo da Revolução Industrial, e ainda até o presente, desempenha **um papel**, ao que parece, predominante. É **FALSO**, porém, que as lutas de classes constituam a **essência** da história e o **processo único** da vida social, e é um **ERRO** criminoso pensar que o fomentar, agravar e aprofundar o conflito, convertendo-o em guerra de morte, seja uma necessidade absoluta ou uma lei fatal e ineludível do progresso histórico.